ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM
Rua José Ferreira, nº 05, fone/fax (83) 3475-1001
CNPJ nº 08.882.862/0001-05

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 00020/2026 – LEI 14.133/21

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BONFIM/PB, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO, **NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, NA LEI COMPLEMENTAR N° 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E 147/2014, E AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E DEMAIS LEGISLAÇÃO, SOB AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE ATO CONVOCATÓRIO E ANEXOS.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica **www.portaldecompraspublicas.com.br**. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

ÓRGÃO INTERESSADO:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM**
RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	23:59HS/MIM DO DIA 19/10/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO	23:59HS/MIM DO DIA 19/10/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	08:29HS/MIM DO DIA 22/10/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	**08:30HS/MIM DO DIA 22/10/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).**
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO
EMAIL:	licitacao@saojosedobonfim.pb.gov.br
REFERÊNCIA DE TEMPO	(HORÁRIO DE BRASÍLIA).

1.0. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Aquisição de medicamentos não constantes no rol da Farmácia Básica destinados a doação do Município de São José do Bonfim/PB.
1.2. A licitação será por item, conforme planilha constante do Termo de Referência.
1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
1.4. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no Sistema de Compras Públicas e as constantes no edital, prevalecerão as do edital.

2.0. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento para o exercício 2026 e correrão por conta da seguinte dotação: Recursos: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.04 SECRETARIA DA SAUDE - 10 301 2006 2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SAÚDE; 10 301 2006 2130 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA; ELEMENTO DE DESPESA - 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO.

3.0. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.
3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio ***www.portaldecompraspublicas.com.br***;
3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.0. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS.
4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
4.5. Não poderão participar desta licitação os interessados:
4.5.1. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
4.5.2. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
4.5.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
4.5.4. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
4.5.5. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta Municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
4.5.6. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;
4.5.7. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
4.5.8.O impedimento de que trata o item 4.5.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
4.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
4.6.1.1. Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso;
4.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
4.6.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
4.6.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
4.6.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
4.6.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
4.6.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
4.6.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
4.7.A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA GARANTIA.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
5.2. O envio da proposta, exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
5.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;
5.5. **GARANTIA DE PROPOSTA**: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante encaminhado por meio do sistema eletrônico, como requisito de pré-habilitação:
5.5.1.O licitante deverá comprovar, no momento do envio da proposta a garantia de proposta, equivalente a 1% (um por cento):
a) Do valor total estimado da contratação, no montante de **R$ 15.743,50 (quinze mil, setecentos e quarenta e três reais e cinquenta)**, caso apresente proposta para a totalidade dos itens do certame;
b) Do somatório dos valores estimados dos itens para os quais o licitante efetivamente registrar proposta, caso dispute apenas parcelas do objeto.
5.5.2. Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "emissão" da referida garantia é até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação. Encerrada a etapa de envio de lances e após a avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, o referido comprovante deverá ser encaminhado por esse licitante no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a) ou se anexado no momento de cadastramento da proposta, será dispensada a solicitação. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia, nos termos da art. 96 da Lei n. 14.133/2021:
I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
II - Seguro-garantia;
III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
a.2. Quando a garantia for realizada através de seguro-garantia, a mesma deverá ser emitida por instituição devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP e quando se tratar de fiança bancária junto ao Banco Central do Brasil, conforme dispõe o Acórdão TCU n.º 498/2011 - plenário.
5.6. Caso a caução do valor referente à garantia da proposta, seja em dinheiro, deverá ser transferido à conta: **Agência nº 0151-1 - Conta Corrente nº 1205-X, Banco do Brasil, em nome da Prefeitura Municipal de São José do Bonfim - CNPJ nº 08.882.862/0001-05** e o comprovante de pagamento depositado deverá ser anexado no sistema eletrônico Portal de Compras Públicas no momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "prestação" da referida garantia é até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação ou encaminhado por esse licitante no prazo de 02 (duas) horas, contanto que a transferência ou depósito tenha sido realizado até a data e horário de início da sessão pública, conforme previsto no item 5.5.1.

I - Caução em dinheiro será validado a entrada na conta especifica do município. OBRIGATORIAMENTE, caso seja deposito será identificado pela empresa licitante que realizou o depósito.
II - Caso de apólices: deverá sua vigência ser renovada enquanto perdurar a necessidade de manutenção da referida garantia.
III - Veda Cheque.
5.7. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, após requerimento da empresa.
5.8. Implicará execução, pelo município, do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação. Conforme o § 3º art. 58 da lei 14.133/2021.
5.9. A empresa inadimplente quanto à garantia da proposta, por execução não paga, será inscrita na dívida ativa do município. Podendo ser executada judicialmente como o valor ser retido em pagamentos posteriores de qualquer outra contratação.
5.10. A não apresentação da garantia gera a desclassificação da proponente.
5.11. A garantia da proposta da empresa, respeitado o contraditório, será executada, cobrada, imediatamente quando:
I - Caso a empresa vencedora não assine contrato;
II - Caso a empresa desista de sua proposta. O limite de desistência direta, das empresas, será até o fim da fase de lance.

6.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
6.1.1. Valor unitário e total do item;
6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
6.1.3. Marca.
6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no serviço.
6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.0. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R$ 0,01 (um centavo).**
7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico **o modo de disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
7.14. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
7.14.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
7.14.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
7.14.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento específico;

7.14.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
7.15. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
7.15.1. Empresas estabelecidas no território no território do Estado em que este se localize;
7.15.2. Empresas brasileiras;
7.15.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
7.15.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
7.16. As regras previstas no item 7.14 desta cláusula não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, http://www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
7.19. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
7.26.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.2. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 02 (DUAS) HORAS, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
7.26.3. Também será considerada a proposta final gerada e enviada pelo sistema Compras Públicas.
7.26.4. O prazo estipulado no item 7.26.2 poderá ser renovado à critério do Pregoeiro.
7.26.5. O não cumprimento do disposto no item 7.26.2, enseja a desclassificação da licitante do certame.
7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.0. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital.
8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
8.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
8.3.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 8.3, só será considerada após diligência do agente de contratação/Pregoeiro, que comprove a exequibilidade da proposta através de documentos idôneos, tais como contratos, notas fiscais ou outros.
8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.
8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam- se os que contenham as características dos serviços ofertados, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.0. DA HABILITAÇÃO.

9.1. Encerrada a análise e aceitação da proposta de preço, o licitante melhor classificado será convocado via chat para apresentar os documentos de habilitação no prazo de até 02 (duas) horas, os quais deverão ser enviados via sistema Compras Públicas.
9.1.1. Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da abertura da sessão ou da convocação para apresentação dos documentos, nos casos em que a convocação ocorrer em data diferente da abertura.
9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.3. Possuir Cadastro do Portal de Compras Públicas;
9.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
9.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
9.6. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0

9.7. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
9.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
9.9. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
9.10. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
9.11. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo- se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
9.12. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.13. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
9.14. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
9.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
9.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
9.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
9.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
9.19. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.20. Das Declarações:
9.20.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
9.20.1.1. Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso;
9.20.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
9.20.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
9.20.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
9.20.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
9.20.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
9.20.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
9.20.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
9.21. As declarações acima mencionadas serão apresentadas através do sistema Compras Públicas, devendo as licitantes assinalarem os campos respectivos no sistema.

9.22. HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA:

9.22.1. As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

9.22.2. As participantes, em se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

9.22.3. As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

9.22.4. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

9.22.5. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.22.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.22.7. Cópia de Documento de Identidade ou outro equivalente dos responsáveis da licitante.

9.23. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.23.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.23.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

9.23.3. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.23.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.23.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.23.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
– FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

9.23.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;

9.23.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.23.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.24. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.24.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.25. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.25.1. Atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação.

9.26. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.26.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.27. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.28. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.29. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.30. Havendo erros, falhas ou omissões dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar através da abertura de diligência, desde que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.31. A vedação à inclusão de novo documento, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro (Acórdão 1211/2021-Plenário TCU).

9.32. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.33. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.34. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.0 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (DUAS) HORAS a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.3. Também será considerada a proposta final gerada e enviada pelo sistema Compras Públicas.

10.1.4. O prazo estipulado no item 10.1 poderá ser renovado 01 (uma) única vez à critério do Pregoeiro, desde que solicitada pelo licitante dentro do prazo do item 10.1.

10.1.5. O não cumprimento do disposto no item 10.1 enseja a desclassificação da licitante do certame.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11.0. DOS RECURSOS.

11.1. Cabe recurso em face de:

11.1.1. Julgamento das propostas;

11.1.2. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

11.1.3. Anulação ou revogação da licitação

11.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

11.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;

11.2.2. A apreciação se dará em fase única.

11.2.3. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.

11.2.4. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
11.2.5. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.
11.2.6. O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.
11.2.7. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.
11.2.8. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.
11.2.9. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão a ele dirigidos, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
11.2.10. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

12.0. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13.0. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.0. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1. Haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, conforme Termo de Referência.

15.0. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.
15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;
15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.
15.4. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 105 e 107, da Lei 14.133/2021. Podendo ser renovado seus quantitativos, mediante anuência do fornecedor.
15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17.0. DO RECEBIMENTO, DA ACEITAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO.

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19.0. DO PAGAMENTO.

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. As regras acerca das sanções são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21.0. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
21.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.
21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, decidir sobre a impugnação no prazo de três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
21.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
21.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
21.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
21.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
21.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal do TCE/PB e site oficial do Município.
22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO;

São José do Bonfim – PB, 06 de outubro de 2026.

Daniela Gomes da Nobrega Candeia
Secretária de Saúde

ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) visa o cumprimento da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal Nº 040/2023.

O Estudo Técnico Preliminar da Contratação é documento que descreve as análises realizadas em relação às condições da contratação em termos de necessidades, requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, e que demonstra a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de aquisição de medicamentos não padronizados na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), destinados ao atendimento de demandas judiciais e solicitações administrativas deferidas pela Secretaria de Saúde do Município, objetivando o atendimento da necessidade que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo, nos termos a seguir expostos.

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O direito à saúde é um dever do Estado, garantido pelo art. 196 da Constituição Federal. No âmbito municipal, a Secretaria de Saúde tem a responsabilidade de assegurar o acesso universal e integral aos tratamentos médicos, o que inclui o fornecimento de medicamentos.

A presente contratação visa atender a uma necessidade específica e de alta complexidade: a aquisição de medicamentos excepcionais, ou seja, aqueles que não integram a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), mas que são indispensáveis para o tratamento de pacientes específicos, cuja necessidade é comprovada por meio de laudos médicos e, frequentemente, determinada por ordens judiciais.

A demanda por esses medicamentos é, por sua natureza, imprevisível e não programável. Ela surge de forma pontual e urgente, e a ausência de um mecanismo ágil para aquisição pode resultar em:

Interrupção de Tratamentos Críticos: A falta de um medicamento pode levar à piora do quadro clínico do paciente, internações e, em casos extremos, ao óbito.

Descumprimento de Ordens Judiciais: A não entrega de um medicamento determinado pela Justiça pode acarretar multas diárias, bloqueio de verbas públicas e responsabilização pessoal do gestor.

Risco à Vida e à Saúde: A demora na aquisição compromete diretamente a eficácia do tratamento e a qualidade de vida do cidadão.

Portanto, está contratação não é uma compra de rotina, mas a criação de um sistema de fornecimento sob demanda para garantir que o Município possa cumprir seu dever constitucional e legal de forma rápida e eficiente, protegendo a vida e a saúde de seus munícipes.

II. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A presente contratação está alinhada com o Planejamento da Contratação Pública Municipal.

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de uma compra de material de consumo contínuo, a ser contratado mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei n° 14.133/2021.

A aquisição se refere a fornecimentos contínuos, a qual é realizada pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, cujo interrupção ocasionará prejuízos. Os bens de consumo pretendidos se enquadram como de categoria comum, nos termos do Decreto Municipal nº 044/2023.

Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.
A Contratada deverá adotar todas as práticas necessárias no fornecimento do item e estar em dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio destes produtos, seja da ordem fiscal, financeira, logística ou sustentável, ou outra que por ventura necessitar de acordo com as leis que regem este tipo de transação.
O(s) produto(s) a ser entregue deverá(ão) possuir autorização junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, exceto para aquele que não possua a obrigatoriedade do referido registro.
Será exigido que a validade mínima do(s) produto(s) ofertado(s) é de 75% ou mais de sua vida útil ou produto(s) com tempo remanescente de consumo superior a 365 dias, conforme orientação do painel de medicamentos e insumos farmacêuticos do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba-TCE/PB.

IV. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

A quantidade dos itens prevista tem por base levantamentos utilizados anteriormente, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	V.UNIT.	V.TOTAL
1	ATENOLOL 25MG CX C/ 30 CPR	60	CAIXA	R$ 21,79	R$ 1.307,40
2	ACEBROFILINA 25MG XPE FR 120ML II	72	FRASCO	R$ 30,58	R$ 2.201,76
3	ACETILCISTEINA 2,4G 120ML XPE	72	FRASCO	R$ 40,58	R$ 2.921,76
4	ACIDO TRANEXAMICO CX C/ 30 CPR	96	CAIXA	R$ 67,43	R$ 6.473,28
5	CIANOCOBALAMINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + NITRATO DE TIAMINA + DICLOFENACO SÓDICO 1.000 CX C/ 30 CPR	102	CAIXA	R$ 82,57	R$ 8.422,14
6	ALOPURINOL 100MG CX C/ 30 CPR	66	CAIXA	R$ 16,33	R$ 1.077,78
7	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG CX C/30 CPR	72	CAIXA	R$ 24,71	R$ 1.779,12
8	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 875MG+125MG CX C/12 CPR	186	CAIXA	R$ 108,85	R$ 20.246,10
9	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100 MG CX C/20 CPR	75	CAIXA	R$ 15,14	R$ 1.135,50
10	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 4% SOL ORAL FR 20ML	30	FRASCO	R$ 12,91	R$ 387,30
11	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 75MG CX 20 COMP	24	CAIXA	R$ 135,87	R$ 3.260,88
12	CLORIDRATO DE BUSPIRONA 10MG CX 20 COMP	72	CAIXA	R$ 78,55	R$ 5.655,60
13	CLORIDRATO DE BUSPIRONA 5MG CX C/ 20 CPR	48	CAIXA	R$ 43,09	R$ 2.068,32
14	ARIPIPRAZOL 10MG CX C/30 CPR	192	CAIXA	R$ 316,69	R$ 60.804,48
15	ARIPIPRAZOL 1MG/ML FRASCO 150ML	48	FRASCO	R$ 232,58	R$ 11.163,84
16	SULFATO DE GLICOSAMINA + SULFATO	18	CAIXA	R$ 273,50	R$ 4.923,00

	DISSÓDICO DE CONDROITINA CX C/ 30 SACHÊS 5G				
17	COLÁGENO HIDROLISADO + COLÁGENO TIPO II NÃO DESNATURADO + VITAMINA C + VITAMINA D DUO 320 MG+25MG CX C/ 30 SACHÊS	24	CAIXA	R$ 199,31	R$ 4.783,44
18	SAL DE LISINA DO CETOPROFENO 160MG CX 10 CAP	36	CAIXA	R$ 41,59	R$ 1.497,24
19	ATORVASTATINA 40MG CX C/30 CPR	192	CAIXA	R$ 166,40	R$ 31.948,80
20	ATORVASTATINA CALCICA 20MG CX C/30 CPR	192	CAIXA	R$ 87,34	R$ 16.769,28
21	FUROATO DE FLUTICASONA SPRAY 27,5MG	156	FRASCO	R$ 82,43	R$ 12.859,08
22	GLICLAZIDA MR 30MG CX 30 CPR	54	CAIXA	R$ 25,57	R$ 1.380,78
23	BETAISTINA DICLOR 24MG CX C/30 CPR	72	CAIXA	R$ 48,92	R$ 3.522,24
24	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 5MG + 2ML	48	AMPOLA	R$ 31,97	R$ 1.534,56
25	BILASTINA 20MG CX C/15 CPR	36	CAIXA	R$ 50,63	R$ 1.822,68
26	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG CX C/28 CPR	216	CAIXA	R$ 93,49	R$ 20.193,84
27	VALSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 320+25 CX C/30 CPR	42	CAIXA	R$ 125,16	R$ 5.256,72
28	BROMIDRATO DE CITALOPRAM 20MG CX C/30 CPR	336	CAIXA	R$ 54,21	R$ 18.214,56
29	CLORIDRATO DE BUPROPIONA XL 300MG CX C/30 CPR	30	CAIXA	R$ 154,62	R$ 4.638,60
30	CARBONATO DE LÍTIO 450MG C 30COMP	84	CAIXA	R$ 78,69	R$ 6.609,96
31	CARVEDILOL 12,5MG CX C/30 CPR	96	CAIXA	R$ 57,14	R$ 5.485,44
32	CAVERDILOL 6,25 CX C/ 30 CPR	156	CAIXA	R$ 33,03	R$ 5.152,68
33	CEFACLOR 375MG/5ML SUS ORAL FR 10	48	FRASCO	R$ 172,15	R$ 8.263,20
34	CEFADROXILA 500MG CX 2 ENV X 4 CAPSULAS	108	CAIXA	R$ 71,04	R$ 7.672,32
35	CELECOXIBE 200 MG CX C/ 10 CPR	48	CAIXA	R$ 54,79	R$ 2.629,92
36	CETOPROFENO 150MG CX C/10 CPR	336	CAIXA	R$ 56,47	R$ 18.973,92
37	CILOSTAZOL 100MG CX C/30 CPR	66	CAIXA	R$ 44,14	R$ 2.913,24
38	CIPROFIBRATO 100MG CX C/30 CPR	144	CAIXA	R$ 58,85	R$ 8.474,40
39	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG INJ CX 10 SER 0,4ML	84	CAIXA	R$ 950,27	R$ 79.822,68
40	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL + ÁCIDO ACETILSALICÍLICO DUO 75 + 100MG CX COM 30 CPR	36	CAIXA	R$ 99,57	R$ 3.584,52
41	CLOR.DONEPEZILA(C1) 5MG CX C/30 CPR	48	CAIXA	R$ 134,19	R$ 6.441,12
42	CLOR.DULOXETINA 30MG 30COMP	115	CAIXA	R$ 108,87	R$ 12.520,05
43	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG CX	66	CAIXA	R$ 147,35	R$ 9.725,10

	C/30 CPR				
44	CLORIDRATO DE FEXOFENADINA 120MG CX C/10 CPR	144	CAIXA	R$ 62,77	R$ 9.038,88
45	CLORIDRATO DE MEMANTINA 10MG CX C/30 CPR	216	CAIXA	R$ 140,06	R$ 30.252,96
46	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25MG CX C/30 CPR	30	CAIXA	R$ 52,86	R$ 1.585,80
47	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG CX C/30 CPR	192	CAIXA	R$ 62,12	R$ 11.927,04
48	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG CX C/30 CPR	144	CAIXA	R$ 98,39	R$ 14.168,16
49	COBAMAMIDA + CLORIDRATO DE CIPROEPTADINA CX C/30 CPR	66	CAIXA	R$ 45,87	R$ 3.027,42
50	FUMARATO DE BISOPROLOL 1,25MG CX C/30 CPR	78	CAIXA	R$ 34,09	R$ 2.659,02
51	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG CX C/30 CPR	132	CAIXA	R$ 16,15	R$ 2.131,80
52	CETOROLACO TROMETAMOL SL 10MG CX C/10 CPR	84	CAIXA	R$ 45,97	R$ 3.861,48
53	ÁCIDO VALPROICO 250MG FR 25 CAPSULAS	48	CAIXA	R$ 47,18	R$ 2.264,64
54	ÁCIDO VALPROICO 500MG XAROPE FRASCO 100ML	84	FRASCO	R$ 28,36	R$ 2.382,24
55	DIVALPROATO DE SÓDIO 250MG CX C/30 CPR	36	CAIXA	R$ 88,67	R$ 3.192,12
56	GLICLAZIDA 60MG CX C/ 30 CPR	50	CAIXA	R$ 105,20	R$ 5.260,00
57	DOBESILATO DE CÁLCIO 500MG CX C/30 CPR	80	CAIXA	R$ 115,20	R$ 9.216,00
58	CLORIDRATO DE LISINA 125MG+CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5MG 12 COMP REV	78	CAIXA	R$ 57,89	R$ 4.515,42
59	DOMPERIDONA 10MG CX C/30 CPR	132	CAIXA	R$ 26,93	R$ 3.554,76
60	DOMPERIDONA 10MG CX C/60 CPR	66	CAIXA	R$ 52,26	R$ 3.449,16
61	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA + MALEATO DE TIMOLOL 5ML	72	FRASCO	R$ 129,63	R$ 9.333,36
62	LATANOPROSTA 2,5ML	30	FRASCO	R$ 193,31	R$ 5.799,30
63	DULOXETINA 60MG CX COM 30 CPR	54	CAIXA	R$ 178,22	R$ 9.623,88
64	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 81MG CX C/30 CPR	180	CAIXA	R$ 21,78	R$ 3.920,40
65	SACUBITRIL + VALSARTANA 49+51MG CX C/60 CPR	66	CAIXA	R$ 456,32	R$ 30.117,12
66	ESOMEPRAZOL 40MG CX C/14 CPR	110	CAIXA	R$ 178,28	R$ 19.610,80
67	LEVETIRACETAM 500MG CX C/30 CPR	25	CAIXA	R$ 159,40	R$ 3.985,00
68	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10 MG CX C/30 CPR	222	CAIXA	R$ 98,28	R$ 21.818,16
69	FINASTERIDA 5MG CX C/30 CPR	72	CAIXA	R$ 142,47	R$ 10.257,84

70	ETODOLACO 500MG CX C/14 CPR	60	CAIXA	R$ 56,35	R$ 3.381,00
71	PROPIONATO DE FLUTICASONA 50MCG SPRAY 120 DOS	24	UNIDADE	R$ 229,63	R$ 5.511,12
72	SACCHAROMYCES CEREVISIAE C/5 FLACONETES	96	CAIXA	R$ 61,12	R$ 5.867,52
73	DAPAGLIFLOZINA 10MG CX C/30 CPR	132	CAIXA	R$ 249,92	R$ 32.989,44
74	FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 60ML	84	FRASCO	R$ 22,15	R$ 1.860,60
75	FUMARATO DE BISOPROLOL 2,5MG CX C/ 30 CPR	90	CAIXA	R$ 92,71	R$ 8.343,90
76	FUMARATO DE BISOPROLOL 5MG CX C/ 30 CPR	78	CAIXA	R$ 107,94	R$ 8.419,32
77	GABAPENTINA 300MG CX C/30 CPR	96	CAIXA	R$ 128,07	R$ 12.294,72
78	GABAPENTINA 400MG CX C/30 CPR	48	CAIXA	R$ 114,33	R$ 5.487,84
79	FENOBARBITAL 100MG CX C/20 CPR	54	CAIXA	R$ 15,47	R$ 835,38
80	GLICAZIDA 30MG CX C/60 CPR	60	CAIXA	R$ 55,91	R$ 3.354,60
81	CLORIDRATO DE METFORMINA 1G CX C/30 CPR	55	CAIXA	R$ 60,37	R$ 3.320,35
82	CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG CX C/30 CPR	96	CAIXA	R$ 12,65	R$ 1.214,40
83	HALOPERIDOL 5MG CX C/20 CPR	78	CAIXA	R$ 19,98	R$ 1.558,44
84	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5MG CX C/30 CPR	36	CAIXA	R$ 67,77	R$ 2.439,72
85	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25MG CX/30 CPR	132	CAIXA	R$ 66,90	R$ 8.830,80
86	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG CX C/30 CPR	114	CAIXA	R$ 88,73	R$ 10.115,22
87	MESILATO DE DOXAZOSINA + FINASTERIDA 2MG+5MG CX C/30 CPR	24	CAIXA	R$ 176,92	R$ 4.246,08
88	BETA-GLUCANA + VITAMINA C + ZINCO C/60 CAP	45	CAIXA	R$ 151,83	R$ 6.832,35
89	PREGABALINA 100MG CX C/30 CPR	100	CAIXA	R$ 176,59	R$ 17.659,00
90	ITRACONAZOL 100MG CX C/15 CPR	70	CAIXA	R$ 159,20	R$ 11.144,00
91	EMPAGLIFLOZINA 25MG CX C/30 CPR	72	CAIXA	R$ 339,47	R$ 24.441,84
92	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA XPE 120 ML	156	FRASCO	R$ 52,68	R$ 8.218,08
93	LAMOTRIGINA 100MG CX C/30 CPR	174	CAIXA	R$ 89,74	R$ 15.614,76
94	LEVOFLOXACINO 750MG CX C/5 CPR	192	CAIXA	R$ 90,19	R$ 17.316,48
95	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG CX COM 30CPR	75	CAIXA	R$ 36,09	R$ 2.706,75
96	MESALAZINA 800MG CX C/30 CPR	55	CAIXA	R$ 139,11	R$ 7.651,05
97	BENFOTIAMINA 150MG CX C/30 CPR	65	CAIXA	R$ 103,60	R$ 6.734,00
98	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA + CAFEÍNA 5MG CX C/15 CPR	75	CAIXA	R$ 34,19	R$ 2.564,25
99	MIRTAZAPINA 30MG CX C/30 CPR	138	CAIXA	R$ 220,02	R$ 30.362,76

100	MONTELUCASTE 5MG CX C/30 CPR	45	CAIXA	R$ 68,68	R$ 3.090,60
101	MUPIROCINA 20MG POMADA DERM BG 15	60	CAIXA	R$ 56,70	R$ 3.402,00
102	MACROGOL 3350 + BICARBONATO DE SÓDIO + CLORETO DE SÓDIO + CLORETO DE POTÁSSIO 20 SACHES X 14G	36	CAIXA	R$ 62,57	R$ 2.252,52
103	RAMIPRIL 5MG CX 30 COMP	48	CAIXA	R$ 87,85	R$ 4.216,80
104	MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA 4% SOL ORAL FR 20ML	72	FRASCO	R$ 22,48	R$ 1.618,56
105	BENZOATO DE ALOGLIPTINA 25MG CX 30CPR	30	CAIXA	R$ 202,67	R$ 6.080,10
106	COMPLEXO DE HIDRÓXIDO DE FERRO III POLIMALTOSADO 300MG CX C/30 CPR	66	CAIXA	R$ 71,90	R$ 4.745,40
107	NITRATO DE TIAMINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + CIANOCOBA LAMINA CX C/20 CPR	48	CAIXA	R$ 76,11	R$ 3.653,28
108	FOSFATO DE SITAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG CX C/56 CPR	80	CAIXA	R$ 358,50	R$ 28.680,00
109	BESILATO DE LEVANLODIPINO 2,5MG C/30COMP	30	CAIXA	R$ 84,08	R$ 2.522,40
110	OLANZAPINA 10MG CX COM 30CPR	90	CAIXA	R$ 306,11	R$ 27.549,90
111	OLMESARTANA MIDOXOMILA+HIDRO 40MG+25MG CX C/30 CPR	78	CAIXA	R$ 55,33	R$ 4.315,74
112	CARMELOSE SÓDICA + GLICEROL FR 10ML	90	FRASCO	R$ 73,24	R$ 6.591,60
113	ORLISTATE 120MG CX C/42 CPR	144	CAIXA	R$ 233,61	R$ 33.639,84
114	CÁLCIO + MAGNÉSIO + BORO + MANGANÊS + VITAMINA K2-7 + VITAMINA D3 CX C/30 CPR	15	CAIXA	R$ 152,05	R$ 2.280,75
115	OXALATO ESCITALOPRAM 20MG CX C/30 CPR	246	CAIXA	R$ 138,62	R$ 34.100,52
116	SEMAGLUTIDA CX C/1 UND	18	CAIXA	R$ 1.426,56	R$ 25.678,08
117	CISTINA + NITRATO DE TIAMINA + PANTOTENATO DE CÁLCIO + LEVEDURA MEDICINAL + QUERATINA + ÁCIDO PARA-AMINOBENZOICO CX 30 CAP	45	CAIXA	R$ 126,15	R$ 5.676,75
118	PANTOPRAZOL 40MG CX C/28 CPR	252	CAIXA	R$ 51,81	R$ 13.056,12
119	PANTOPRAZOL 40MG CX C/42 CPR	84	CAIXA	R$ 102,99	R$ 8.651,16
120	CLOZAPINA 25MG CX C/30 CPR	35	CAIXA	R$ 63,18	R$ 2.211,30
121	CLORIDRATO DE PAROXETINA 25MG CX C/20 CPR	56	CAIXA	R$ 159,15	R$ 8.912,40
122	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 20MG CX C/10 CPR	24	CAIXA	R$ 44,04	R$ 1.056,96
123	PREGABALINA 150MG 30CAPS	282	CAIXA	R$ 141,67	R$ 39.950,94

124	PREGABALINA 75MG 30CAPS	330	CAIXA	R$ 96,32	R$ 31.785,60
125	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 3MG FR 60ML+PIP DOS	72	FRASCO	R$ 35,81	R$ 2.578,32
126	LEVODOPA+CLORIDRATO DE BENZERAZIDA 100/25MG CX C/30 CPR	190	CAIXA	R$ 60,85	R$ 11.561,50
127	PROMESTRIENO 10MG CX C/1 BISNAGA	41	CAIXA	R$ 83,99	R$ 3.443,59
128	ESZOPICLONA 3MG CX C/20 CPR	106	CAIXA	R$ 97,35	R$ 10.319,10
129	SULFATO DE HIDROXICLOROQUINA 400 MG CX C/30 CPR	82	CAIXA	R$ 127,62	R$ 10.464,84
130	RISPERIDONA 1MG SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30ML	186	FRASCO	R$ 77,30	R$ 14.377,80
131	RIVAROXABANA 15MG C/30 CPR	82	CAIXA	R$ 196,21	R$ 16.089,22
132	RIVAROXABANA 20MG C/30 CPR	66	CAIXA	R$ 263,36	R$ 17.381,76
133	CLORIDRATO DE PAROXETINA 12,5MG CX C/30CPR	36	CAIXA	R$ 100,39	R$ 3.614,04
134	PROPIONATO DE FLUTICASONA + XINAFOATO DE SALMETEROL 25+125MCG SPRAY	80	FRASCO	R$ 208,95	R$ 16.716,00
135	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG C/60 CPR	462	CAIXA	R$ 52,12	R$ 24.079,44
136	CLORIDRATO DE PIOGLITAZONA 30MG C/30 CPR	30	CAIXA	R$ 126,97	R$ 3.809,10
137	SUCINATO DESVENLAFAXINA 100MG C/30 CPR	150	CAIXA	R$ 180,67	R$ 27.100,50
138	SUCCINATO DE SUMATRIPTANA + NAPROXENO SÓDICO 500+85MG C/2 CPR	96	CAIXA	R$ 77,25	R$ 7.416,00
139	PROPATILNITRATO 10MG CX C/50 CPR	108	CAIXA	R$ 42,18	R$ 4.555,44
140	TOBRAMICINA + DEXAMETASONA 3+1MG SOL OFT FR 5ML	60	FRASCO	R$ 53,31	R$ 3.198,60
141	TOPIRAMATO 25MG CX C/60 CPR	112	CAIXA	R$ 112,67	R$ 12.619,04
142	CETOROLACO TROMETAMOL 10MG CX C/10 CPR	132	CAIXA	R$ 37,33	R$ 4.927,56
143	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG CX C/ 20 CPR	36	CAIXA	R$ 323,62	R$ 11.650,32
144	ROSUVASTATINA CÁLCICA + EZETIMIBA CX C/30 CPR	96	CAIXA	R$ 141,68	R$ 13.601,28
145	ROSUVASTATINA CÁLCICA 10MG CX C/30 CPR	150	CAIXA	R$ 47,66	R$ 7.149,00
146	ROSUVASTATINA CÁLCICA 40MG CX COM 30CPR	60	CAIXA	R$ 144,66	R$ 8.679,60
147	DIPIRONA MONOIDRATADA + BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + BROMIDRATO DE HIOSCIAMINA + METILBROMETO DE HOMATROPINA CX C/20 CPR	24	CAIXA	R$ 28,68	R$ 688,32
148	PROGESTERONA NATURAL MICRONIZADA	60	CAIXA	R$ 85,62	R$ 5.137,20

	200 MG CX C/14 CAP				
149	VALSARTANA 160MG CX C/30 CPR	180	CAIXA	R$ 67,69	R$ 12.184,20
150	CLORIDRATO DE DULOXETINA 60MG CX C/30 CPR	84	CAIXA	R$ 172,76	R$ 14.511,84
151	ENOXAPARINA SÓDICA 80MG/ML CX C/2 AMPOLAS	36	CAIXA	R$ 364,25	R$ 13.113,00
152	DAPAGLIFLOZINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 5+1000MG C/60 CPR	120	CAIXA	R$ 269,50	R$ 32.340,00
153	RISPERIDONA 1MG CX C/30 CPR	40	CAIXA	R$ 43,14	R$ 1.725,60
154	ATORVASTATINA 80MG CX C/30 CPR	30	CAIXA	R$ 376,70	R$ 11.301,00
155	ACECLOFENACO 100MG CX C/30 CPR	20	CAIXA	R$ 65,37	R$ 1.307,40
156	PIOGLITAZONA 15MG CX C/30 CPR	30	CAIXA	R$ 69,65	R$ 2.089,50
157	BISOPROL 5MG CX C/30 CPR	40	CAIXA	R$ 67,36	R$ 2.694,40
158	IBANDRONATO DE SÓDIO 150MG CX C/1 CPR	12	CAIXA	R$ 118,22	R$ 1.418,64
VALOR TOTAL ESTIMADO				**R$ 1.574.349,63**	

V. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Logo, a aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se as seguintes soluções.

SOLUÇÃO

1. Compras por Dispensa de Licitação
Processo administrativo lento e repetitivo; risco de fracionamento de despesa; perda total de economia de escala; preços mais elevados; insegurança jurídica. Ineficiente e Insegura. O volume de demandas torna este modelo insustentável, burocrático e antieconômico.

2. Estoque Próprio dos Medicamentos
Impossível. A variedade de medicamentos é vasta e a demanda é imprevisível. A compra para estoque levaria a um enorme desperdício de recursos com medicamentos que poderiam nunca ser usados e venceriam. Inviável. Financeiramente e logisticamente impossível de ser implementada.

3. Pregão
Agilidade: Permite a compra imediata assim que a necessidade surge. Flexibilidade: A compra é feita sob demanda, sem necessidade de estoque. Economia: Os preços são fixados em um processo competitivo. Segurança Jurídica: É o modelo recomendado para demandas de natureza imprevisível. Exige um planejamento robusto. Solução Ideal. É o único modelo que combina agilidade, segurança jurídica e eficiência econômica para atender a essa necessidade específica.

Além disso a solução de Aquisição do objeto através de pregão eletrônico por item vem sendo utilizada pelo município a vários anos, sendo considerada a mesma como metodologia viável.

VI. ESTIMATIVA DE VALOR

O preço estimado da contratação é R$ 1.574.349,63 (Hum milhão, quinhentos e setenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos), conforme soma dos valores da planilha abaixo.
Para determinar a estimativa de custos, a administração pública realizou uma consulta de preços em banco de preços público e com fornecedores do ramo.

VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com base na análise, a solução escolhida é a realização de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item. Este modelo permite que a Administração registre os preços de todos os medicamentos necessários e emita Ordens de Fornecimento conforme a demanda de cada secretaria, garantindo flexibilidade, eficiência e o melhor uso dos recursos públicos.

VIII. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A licitação será processada pelo critério de menor preço por item. O parcelamento é obrigatório pois o objeto é composto por uma vasta gama de medicamentos de diferentes laboratórios e classes terapêuticas. Este modelo amplia a competitividade, permitindo que diversas empresas possam ofertar preços para os itens de seu portfólio, garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para cada medicamento.

IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

· **Resultado Principal (Saúde Pública):** Garantir a continuidade de tratamentos de saúde para pacientes com necessidades especiais, cumprindo o dever constitucional do Município e evitando o agravamento de doenças.
· **Resultado de Gestão:** Criar um fluxo de aquisição rápido, eficiente e seguro para medicamentos não padronizados, otimizando o trabalho da Secretaria de Saúde.
· **Resultado Financeiro:** Obter economia de escala através de um processo licitatório competitivo, evitando os custos elevados de compras emergenciais e fracionadas.

X - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Designar um gestor e fiscais de contrato para atestar o recebimento dos materiais em cada entrega, verificando a conformidade com as especificações e a qualidade dos produtos.

XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

XII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação em si não gera impacto ambiental direto. No entanto, a Administração deverá incentivar práticas sustentáveis e a exigência de que a contratada dê destinação ambientalmente adequada às embalagens dos produtos.

XIII - MAPEAMENTO DE RISCOS

O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.
Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.
A tabela abaixo apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento.

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO
Questionamentos excessivos na licitação	Baixa	Baixa
Contratada se recusar a assinar o contrato	Baixa	Alto
Pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato	Médio	Alto

RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO

RISCO 1	**QUESTIONAMENTOS EXCESSIVOS NA LICITAÇÃO**
Probabilidade	Baixa
Impacto	Baixa
Dano	Legitimidade da licitação ser colocada em questão
Ação Preventiva	Definir as regras gerais da contratação de forma clara no Termo de Referência e atentar à legislação vigente.
Ação de Contingência	Estudar e aplicar a legislação ao caso concreto.
RISCO 2	**Contratada se recusar a assinar o contrato.**
Probabilidade	Baixa
Impacto	Alto
Dano	A(s) contratada(s) podem não assinar o(s) contrato(s) devido a prática de Mergulho.
Ação Preventiva	Definir punição no Termo de Referência para empresa contratada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado.
Ação de Contingência	Convocar novo fornecedor e punir os licitantes que descumpriram a avença.
RISCO 3	**Pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato**
Probabilidade	Médio
Impacto	Alto
Dano	Variações nos preços
Ação Preventiva	Prever cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro Estabelecer os requisitos para requerimento. Exigir documentação comprovatória que os preços extrapolaram a álea extraordinária.
Ação de Contingência	Gestão/Fiscalização do contrato com análise da viabilidade.

XIV - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A viabilidade deste ETP verifica-se visto que a necessidade da contratação atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracteriza uma economicidade, os riscos envolvidos são administráveis. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

DANIELA GOMES DA NOBREGA CANDEIA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

1.0. FUNDAMENTAÇÃO

1.1. A presente contratação tem fundamento com base na Lei 14.133/2021.

2.0. OBJETIVO.

2.1. Aquisição de medicamentos não constantes no rol da Farmácia Básica destinados a doação do Município de São José do Bonfim/PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

2.2. Estimativas de Demanda:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	V.UNIT.	V.TOTAL
1	ATENOLOL 25MG CX C/ 30 CPR	60	CAIXA	R$ 21,79	R$ 1.307,40
2	ACEBROFILINA 25MG XPE FR 120ML II	72	FRASCO	R$ 30,58	R$ 2.201,76
3	ACETILCISTEINA 2,4G 120ML XPE	72	FRASCO	R$ 40,58	R$ 2.921,76
4	ACIDO TRANEXAMICO CX C/ 30 CPR	96	CAIXA	R$ 67,43	R$ 6.473,28
5	CIANOCOBALAMINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + NITRATO DE TIAMINA + DICLOFENACO SÓDICO 1.000 CX C/ 30 CPR	102	CAIXA	R$ 82,57	R$ 8.422,14
6	ALOPURINOL 100MG CX C/ 30 CPR	66	CAIXA	R$ 16,33	R$ 1.077,78
7	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG CX C/30 CPR	72	CAIXA	R$ 24,71	R$ 1.779,12
8	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 875MG+125MG CX C/12 CPR	186	CAIXA	R$ 108,85	R$ 20.246,10
9	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100 MG CX C/20 CPR	75	CAIXA	R$ 15,14	R$ 1.135,50
10	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 4% SOL ORAL FR 20ML	30	FRASCO	R$ 12,91	R$ 387,30
11	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 75MG CX 20 COMP	24	CAIXA	R$ 135,87	R$ 3.260,88
12	CLORIDRATO DE BUSPIRONA 10MG CX 20 COMP	72	CAIXA	R$ 78,55	R$ 5.655,60
13	CLORIDRATO DE BUSPIRONA 5MG CX C/ 20 CPR	48	CAIXA	R$ 43,09	R$ 2.068,32
14	ARIPIPRAZOL 10MG CX C/30 CPR	192	CAIXA	R$ 316,69	R$ 60.804,48
15	ARIPIPRAZOL 1MG/ML FRASCO 150ML	48	FRASCO	R$ 232,58	R$ 11.163,84
16	SULFATO DE GLICOSAMINA + SULFATO DISSÓDICO DE CONDROITINA CX C/ 30 SACHÊS 5G	18	CAIXA	R$ 273,50	R$ 4.923,00
17	COLÁGENO HIDROLISADO + COLÁGENO TIPO II NÃO DESNATURADO + VITAMINA C + VITAMINA D DUO 320 MG+25MG CX C/ 30 SACHÊS	24	CAIXA	R$ 199,31	R$ 4.783,44
18	SAL DE LISINA DO CETOPROFENO 160MG CX 10 CAP	36	CAIXA	R$ 41,59	R$ 1.497,24

19	ATORVASTATINA 40MG CX C/30 CPR	192	CAIXA	R$ 166,40	R$ 31.948,80
20	ATORVASTATINA CALCICA 20MG CX C/30 CPR	192	CAIXA	R$ 87,34	R$ 16.769,28
21	FUROATO DE FLUTICASONA SPRAY 27,5MG	156	FRASCO	R$ 82,43	R$ 12.859,08
22	GLICLAZIDA MR 30MG CX 30 CPR	54	CAIXA	R$ 25,57	R$ 1.380,78
23	BETAISTINA DICLOR 24MG CX C/30 CPR	72	CAIXA	R$ 48,92	R$ 3.522,24
24	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 5MG + 2ML	48	AMPOLA	R$ 31,97	R$ 1.534,56
25	BILASTINA 20MG CX C/15 CPR	36	CAIXA	R$ 50,63	R$ 1.822,68
26	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG CX C/28 CPR	216	CAIXA	R$ 93,49	R$ 20.193,84
27	VALSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 320+25 CX C/30 CPR	42	CAIXA	R$ 125,16	R$ 5.256,72
28	BROMIDRATO DE CITALOPRAM 20MG CX C/30 CPR	336	CAIXA	R$ 54,21	R$ 18.214,56
29	CLORIDRATO DE BUPROPIONA XL 300MG CX C/30 CPR	30	CAIXA	R$ 154,62	R$ 4.638,60
30	CARBONATO DE LÍTIO 450MG C 30COMP	84	CAIXA	R$ 78,69	R$ 6.609,96
31	CARVEDILOL 12,5MG CX C/30 CPR	96	CAIXA	R$ 57,14	R$ 5.485,44
32	CAVERDILOL 6,25 CX C/ 30 CPR	156	CAIXA	R$ 33,03	R$ 5.152,68
33	CEFACLOR 375MG/5ML SUS ORAL FR 10	48	FRASCO	R$ 172,15	R$ 8.263,20
34	CEFADROXILA 500MG CX 2 ENV X 4 CAPSULAS	108	CAIXA	R$ 71,04	R$ 7.672,32
35	CELECOXIBE 200 MG CX C/ 10 CPR	48	CAIXA	R$ 54,79	R$ 2.629,92
36	CETOPROFENO 150MG CX C/10 CPR	336	CAIXA	R$ 56,47	R$ 18.973,92
37	CILOSTAZOL 100MG CX C/30 CPR	66	CAIXA	R$ 44,14	R$ 2.913,24
38	CIPROFIBRATO 100MG CX C/30 CPR	144	CAIXA	R$ 58,85	R$ 8.474,40
39	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG INJ CX 10 SER 0,4ML	84	CAIXA	R$ 950,27	R$ 79.822,68
40	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL + ÁCIDO ACETILSALICÍLICO DUO 75 + 100MG CX COM 30 CPR	36	CAIXA	R$ 99,57	R$ 3.584,52
41	CLOR.DONEPEZILA(C1) 5MG CX C/30 CPR	48	CAIXA	R$ 134,19	R$ 6.441,12
42	CLOR.DULOXETINA 30MG 30COMP	115	CAIXA	R$ 108,87	R$ 12.520,05
43	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG CX C/30 CPR	66	CAIXA	R$ 147,35	R$ 9.725,10
44	CLORIDRATO DE FEXOFENADINA 120MG CX C/10 CPR	144	CAIXA	R$ 62,77	R$ 9.038,88
45	CLORIDRATO DE MEMANTINA 10MG CX C/30 CPR	216	CAIXA	R$ 140,06	R$ 30.252,96
46	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25MG CX C/30 CPR	30	CAIXA	R$ 52,86	R$ 1.585,80
47	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG CX	192	CAIXA	R$ 62,12	R$ 11.927,04

	C/30 CPR				
48	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG CX C/30 CPR	144	CAIXA	R$ 98,39	R$ 14.168,16
49	COBAMAMIDA + CLORIDRATO DE CIPROEPTADINA CX C/30 CPR	66	CAIXA	R$ 45,87	R$ 3.027,42
50	FUMARATO DE BISOPROLOL 1,25MG CX C/30 CPR	78	CAIXA	R$ 34,09	R$ 2.659,02
51	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG CX C/30 CPR	132	CAIXA	R$ 16,15	R$ 2.131,80
52	CETOROLACO TROMETAMOL SL 10MG CX C/10 CPR	84	CAIXA	R$ 45,97	R$ 3.861,48
53	ÁCIDO VALPROICO 250MG FR 25 CAPSULAS	48	CAIXA	R$ 47,18	R$ 2.264,64
54	ÁCIDO VALPROICO 500MG XAROPE FRASCO 100ML	84	FRASCO	R$ 28,36	R$ 2.382,24
55	DIVALPROATO DE SÓDIO 250MG CX C/30 CPR	36	CAIXA	R$ 88,67	R$ 3.192,12
56	GLICLAZIDA 60MG CX C/ 30 CPR	50	CAIXA	R$ 105,20	R$ 5.260,00
57	DOBESILATO DE CÁLCIO 500MG CX C/30 CPR	80	CAIXA	R$ 115,20	R$ 9.216,00
58	CLORIDRATO DE LISINA 125MG+CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5MG 12 COMP REV	78	CAIXA	R$ 57,89	R$ 4.515,42
59	DOMPERIDONA 10MG CX C/30 CPR	132	CAIXA	R$ 26,93	R$ 3.554,76
60	DOMPERIDONA 10MG CX C/60 CPR	66	CAIXA	R$ 52,26	R$ 3.449,16
61	CLORIDRATO DE DORZOLAMIDA + MALEATO DE TIMOLOL 5ML	72	FRASCO	R$ 129,63	R$ 9.333,36
62	LATANOPROSTA 2,5ML	30	FRASCO	R$ 193,31	R$ 5.799,30
63	DULOXETINA 60MG CX COM 30 CPR	54	CAIXA	R$ 178,22	R$ 9.623,88
64	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 81MG CX C/30 CPR	180	CAIXA	R$ 21,78	R$ 3.920,40
65	SACUBITRIL + VALSARTANA 49+51MG CX C/60 CPR	66	CAIXA	R$ 456,32	R$ 30.117,12
66	ESOMEPRAZOL 40MG CX C/14 CPR	110	CAIXA	R$ 178,28	R$ 19.610,80
67	LEVETIRACETAM 500MG CX C/30 CPR	25	CAIXA	R$ 159,40	R$ 3.985,00
68	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10 MG CX C/30 CPR	222	CAIXA	R$ 98,28	R$ 21.818,16
69	FINASTERIDA 5MG CX C/30 CPR	72	CAIXA	R$ 142,47	R$ 10.257,84
70	ETODOLACO 500MG CX C/14 CPR	60	CAIXA	R$ 56,35	R$ 3.381,00
71	PROPIONATO DE FLUTICASONA 50MCG SPRAY 120 DOS	24	UNIDADE	R$ 229,63	R$ 5.511,12
72	SACCHAROMYCES CEREVISIAE C/5 FLACONETES	96	CAIXA	R$ 61,12	R$ 5.867,52
73	DAPAGLIFLOZINA 10MG CX C/30 CPR	132	CAIXA	R$ 249,92	R$ 32.989,44
74	FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA	84	FRASCO	R$ 22,15	R$ 1.860,60

	60ML				
75	FUMARATO DE BISOPROLOL 2,5MG CX C/ 30 CPR	90	CAIXA	R$ 92,71	R$ 8.343,90
76	FUMARATO DE BISOPROLOL 5MG CX C/ 30 CPR	78	CAIXA	R$ 107,94	R$ 8.419,32
77	GABAPENTINA 300MG CX C/30 CPR	96	CAIXA	R$ 128,07	R$ 12.294,72
78	GABAPENTINA 400MG CX C/30 CPR	48	CAIXA	R$ 114,33	R$ 5.487,84
79	FENOBARBITAL 100MG CX C/20 CPR	54	CAIXA	R$ 15,47	R$ 835,38
80	GLICAZIDA 30MG CX C/60 CPR	60	CAIXA	R$ 55,91	R$ 3.354,60
81	CLORIDRATO DE METFORMINA 1G CX C/30 CPR	55	CAIXA	R$ 60,37	R$ 3.320,35
82	CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG CX C/30 CPR	96	CAIXA	R$ 12,65	R$ 1.214,40
83	HALOPERIDOL 5MG CX C/20 CPR	78	CAIXA	R$ 19,98	R$ 1.558,44
84	HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL 5MG CX C/30 CPR	36	CAIXA	R$ 67,77	R$ 2.439,72
85	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25MG CX/30 CPR	132	CAIXA	R$ 66,90	R$ 8.830,80
86	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG CX C/30 CPR	114	CAIXA	R$ 88,73	R$ 10.115,22
87	MESILATO DE DOXAZOSINA + FINASTERIDA 2MG+5MG CX C/30 CPR	24	CAIXA	R$ 176,92	R$ 4.246,08
88	BETA-GLUCANA + VITAMINA C + ZINCO C/60 CAP	45	CAIXA	R$ 151,83	R$ 6.832,35
89	PREGABALINA 100MG CX C/30 CPR	100	CAIXA	R$ 176,59	R$ 17.659,00
90	ITRACONAZOL 100MG CX C/15 CPR	70	CAIXA	R$ 159,20	R$ 11.144,00
91	EMPAGLIFLOZINA 25MG CX C/30 CPR	72	CAIXA	R$ 339,47	R$ 24.441,84
92	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA XPE 120 ML	156	FRASCO	R$ 52,68	R$ 8.218,08
93	LAMOTRIGINA 100MG CX C/30 CPR	174	CAIXA	R$ 89,74	R$ 15.614,76
94	LEVOFLOXACINO 750MG CX C/5 CPR	192	CAIXA	R$ 90,19	R$ 17.316,48
95	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG CX COM 30CPR	75	CAIXA	R$ 36,09	R$ 2.706,75
96	MESALAZINA 800MG CX C/30 CPR	55	CAIXA	R$ 139,11	R$ 7.651,05
97	BENFOTIAMINA 150MG CX C/30 CPR	65	CAIXA	R$ 103,60	R$ 6.734,00
98	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA + CAFEÍNA 5MG CX C/15 CPR	75	CAIXA	R$ 34,19	R$ 2.564,25
99	MIRTAZAPINA 30MG CX C/30 CPR	138	CAIXA	R$ 220,02	R$ 30.362,76
100	MONTELUCASTE 5MG CX C/30 CPR	45	CAIXA	R$ 68,68	R$ 3.090,60
101	MUPIROCINA 20MG POMADA DERM BG 15	60	CAIXA	R$ 56,70	R$ 3.402,00
102	MACROGOL 3350 + BICARBONATO DE SÓDIO + CLORETO DE SÓDIO + CLORETO DE POTÁSSIO 20 SACHES X 14G	36	CAIXA	R$ 62,57	R$ 2.252,52
103	RAMIPRIL 5MG CX 30 COMP	48	CAIXA	R$ 87,85	R$ 4.216,80

104	MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA 4% SOL ORAL FR 20ML	72	FRASCO	R$ 22,48	R$ 1.618,56
105	BENZOATO DE ALOGLIPTINA 25MG CX 30CPR	30	CAIXA	R$ 202,67	R$ 6.080,10
106	COMPLEXO DE HIDRÓXIDO DE FERRO III POLIMALTOSADO 300MG CX C/30 CPR	66	CAIXA	R$ 71,90	R$ 4.745,40
107	NITRATO DE TIAMINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + CIANOCOBA LAMINA CX C/20 CPR	48	CAIXA	R$ 76,11	R$ 3.653,28
108	FOSFATO DE SITAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG CX C/56 CPR	80	CAIXA	R$ 358,50	R$ 28.680,00
109	BESILATO DE LEVANLODIPINO 2,5MG C/30COMP	30	CAIXA	R$ 84,08	R$ 2.522,40
110	OLANZAPINA 10MG CX COM 30CPR	90	CAIXA	R$ 306,11	R$ 27.549,90
111	OLMESARTANA MIDOXOMILA+HIDRO 40MG+25MG CX C/30 CPR	78	CAIXA	R$ 55,33	R$ 4.315,74
112	CARMELOSE SÓDICA + GLICEROL FR 10ML	90	FRASCO	R$ 73,24	R$ 6.591,60
113	ORLISTATE 120MG CX C/42 CPR	144	CAIXA	R$ 233,61	R$ 33.639,84
114	CÁLCIO + MAGNÉSIO + BORO + MANGANÊS + VITAMINA K2-7 + VITAMINA D3 CX C/30 CPR	15	CAIXA	R$ 152,05	R$ 2.280,75
115	OXALATO ESCITALOPRAM 20MG CX C/30 CPR	246	CAIXA	R$ 138,62	R$ 34.100,52
116	SEMAGLUTIDA CX C/1 UND	18	CAIXA	R$ 1.426,56	R$ 25.678,08
117	CISTINA + NITRATO DE TIAMINA + PANTOTENATO DE CÁLCIO + LEVEDURA MEDICINAL + QUERATINA + ÁCIDO PARA-AMINOBENZOICO CX 30 CAP	45	CAIXA	R$ 126,15	R$ 5.676,75
118	PANTOPRAZOL 40MG CX C/28 CPR	252	CAIXA	R$ 51,81	R$ 13.056,12
119	PANTOPRAZOL 40MG CX C/42 CPR	84	CAIXA	R$ 102,99	R$ 8.651,16
120	CLOZAPINA 25MG CX C/30 CPR	35	CAIXA	R$ 63,18	R$ 2.211,30
121	CLORIDRATO DE PAROXETINA 25MG CX C/20 CPR	56	CAIXA	R$ 159,15	R$ 8.912,40
122	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 20MG CX C/10 CPR	24	CAIXA	R$ 44,04	R$ 1.056,96
123	PREGABALINA 150MG 30CAPS	282	CAIXA	R$ 141,67	R$ 39.950,94
124	PREGABALINA 75MG 30CAPS	330	CAIXA	R$ 96,32	R$ 31.785,60
125	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 3MG FR 60ML+PIP DOS	72	FRASCO	R$ 35,81	R$ 2.578,32
126	LEVODOPA+CLORIDRATO DE BENZERAZIDA 100/25MG CX C/30 CPR	190	CAIXA	R$ 60,85	R$ 11.561,50
127	PROMESTRIENO 10MG CX C/1 BISNAGA	41	CAIXA	R$ 83,99	R$ 3.443,59
128	ESZOPICLONA 3MG CX C/20 CPR	106	CAIXA	R$ 97,35	R$ 10.319,10

129	SULFATO DE HIDROXICLOROQUINA 400 MG CX C/30 CPR	82	CAIXA	R$ 127,62	R$ 10.464,84
130	RISPERIDONA 1MG SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30ML	186	FRASCO	R$ 77,30	R$ 14.377,80
131	RIVAROXABANA 15MG C/30 CPR	82	CAIXA	R$ 196,21	R$ 16.089,22
132	RIVAROXABANA 20MG C/30 CPR	66	CAIXA	R$ 263,36	R$ 17.381,76
133	CLORIDRATO DE PAROXETINA 12,5MG CX C/30CPR	36	CAIXA	R$ 100,39	R$ 3.614,04
134	PROPIONATO DE FLUTICASONA + XINAFOATO DE SALMETEROL 25+125MCG SPRAY	80	FRASCO	R$ 208,95	R$ 16.716,00
135	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG C/60 CPR	462	CAIXA	R$ 52,12	R$ 24.079,44
136	CLORIDRATO DE PIOGLITAZONA 30MG C/30 CPR	30	CAIXA	R$ 126,97	R$ 3.809,10
137	SUCINATO DESVENLAFAXINA 100MG C/30 CPR	150	CAIXA	R$ 180,67	R$ 27.100,50
138	SUCCINATO DE SUMATRIPTANA + NAPROXENO SÓDICO 500+85MG C/2 CPR	96	CAIXA	R$ 77,25	R$ 7.416,00
139	PROPATILNITRATO 10MG CX C/50 CPR	108	CAIXA	R$ 42,18	R$ 4.555,44
140	TOBRAMICINA + DEXAMETASONA 3+1MG SOL OFT FR 5ML	60	FRASCO	R$ 53,31	R$ 3.198,60
141	TOPIRAMATO 25MG CX C/60 CPR	112	CAIXA	R$ 112,67	R$ 12.619,04
142	CETOROLACO TROMETAMOL 10MG CX C/10 CPR	132	CAIXA	R$ 37,33	R$ 4.927,56
143	CLORIDRATO DE TRAMADOL 100MG CX C/ 20 CPR	36	CAIXA	R$ 323,62	R$ 11.650,32
144	ROSUVASTATINA CÁLCICA + EZETIMIBA CX C/30 CPR	96	CAIXA	R$ 141,68	R$ 13.601,28
145	ROSUVASTATINA CÁLCICA 10MG CX C/30 CPR	150	CAIXA	R$ 47,66	R$ 7.149,00
146	ROSUVASTATINA CÁLCICA 40MG CX COM 30CPR	60	CAIXA	R$ 144,66	R$ 8.679,60
147	DIPIRONA MONOIDRATADA + BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + BROMIDRATO DE HIOSCIAMINA + METILBROMETO DE HOMATROPINA CX C/20 CPR	24	CAIXA	R$ 28,68	R$ 688,32
148	PROGESTERONA NATURAL MICRONIZADA 200 MG CX C/14 CAP	60	CAIXA	R$ 85,62	R$ 5.137,20
149	VALSARTANA 160MG CX C/30 CPR	180	CAIXA	R$ 67,69	R$ 12.184,20
150	CLORIDRATO DE DULOXETINA 60MG CX C/30 CPR	84	CAIXA	R$ 172,76	R$ 14.511,84
151	ENOXAPARINA SÓDICA 80MG/ML CX C/2 AMPOLAS	36	CAIXA	R$ 364,25	R$ 13.113,00
152	DAPAGLIFLOZINA + CLORIDRATO DE	120	CAIXA	R$ 269,50	R$ 32.340,00

	METFORMINA 5+1000MG C/60 CPR				
153	RISPERIDONA 1MG CX C/30 CPR	40	CAIXA	R$ 43,14	R$ 1.725,60
154	ATORVASTATINA 80MG CX C/30 CPR	30	CAIXA	R$ 376,70	R$ 11.301,00
155	ACECLOFENACO 100MG CX C/30 CPR	20	CAIXA	R$ 65,37	R$ 1.307,40
156	PIOGLITAZONA 15MG CX C/30 CPR	30	CAIXA	R$ 69,65	R$ 2.089,50
157	BISOPROL 5MG CX C/30 CPR	40	CAIXA	R$ 67,36	R$ 2.694,40
158	IBANDRONATO DE SÓDIO 150MG CX C/1 CPR	12	CAIXA	R$ 118,22	R$ 1.418,64
VALOR TOTAL ESTIMADO				**R$ 1.574.349,63**	

3.0. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

3.1. O direito à saúde é um dever do Estado, garantido pelo art. 196 da Constituição Federal. No âmbito municipal, a Secretaria de Saúde tem a responsabilidade de assegurar o acesso universal e integral aos tratamentos médicos, o que inclui o fornecimento de medicamentos.

A presente contratação visa atender a uma necessidade específica e de alta complexidade: a aquisição de medicamentos excepcionais, ou seja, aqueles que não integram a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), mas que são indispensáveis para o tratamento de pacientes específicos, cuja necessidade é comprovada por meio de laudos médicos e, frequentemente, determinada por ordens judiciais.

A demanda por esses medicamentos é, por sua natureza, imprevisível e não programável. Ela surge de forma pontual e urgente, e a ausência de um mecanismo ágil para aquisição pode resultar em:

Interrupção de Tratamentos Críticos: A falta de um medicamento pode levar à piora do quadro clínico do paciente, internações e, em casos extremos, ao óbito.

Descumprimento de Ordens Judiciais: A não entrega de um medicamento determinado pela Justiça pode acarretar multas diárias, bloqueio de verbas públicas e responsabilização pessoal do gestor.

Risco à Vida e à Saúde: A demora na aquisição compromete diretamente a eficácia do tratamento e a qualidade de vida do cidadão.

Portanto, está contratação não é uma compra de rotina, mas a criação de um sistema de fornecimento sob demanda para garantir que o Município possa cumprir seu dever constitucional e legal de forma rápida e eficiente, protegendo a vida e a saúde de seus munícipes.

4.0. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Trata-se de uma compra de material de consumo contínuo, a ser contratado mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei n° 14.133/2021.

4.2.A aquisição se refere a fornecimentos contínuos, a qual é realizada pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, cujo interrupção ocasionará prejuízos. Os bens de consumo pretendidos se enquadram como de categoria comum, nos termos do Decreto Municipal nº 044/2023.

4.3. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

4.4.A Contratada deverá adotar todas as práticas necessárias no fornecimento do item e estar em dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio destes produtos, seja da ordem fiscal, financeira, logística ou sustentável, ou outra que por ventura necessitar de acordo com as leis que regem este tipo de transação.

4.5. O(s) produto(s) a ser entregue deverá(ão) possuir autorização junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, exceto para aquele que não possua a obrigatoriedade do referido registro.
4.6.Será exigido que a validade mínima do(s) produto(s) ofertado(s) é de 75% ou mais de sua vida útil ou produto(s) com tempo remanescente de consumo superior a 365 dias, conforme orientação do painel de medicamentos e insumos farmacêuticos do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba-TCE/PB.

5.0. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
Fiscalização
5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
Fiscalização Técnica
5.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
5.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
5.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
5.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
5.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
Fiscalização Administrativa quando for o caso
5.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

5.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

6.1. São obrigações da contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeiçoes, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer

dano causado a terceiros em decorrências de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
7.1.1. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.
7.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca.
7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);
7.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
7.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
7.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
7.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
7.1.8. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.
7.1.9. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnicas vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.
7.1.10. Se responsabilizar validade mínima do(s) produto(s) ofertado(s) é de 75% ou mais de sua vida útil ou produto(s) com tempo remanescente de consumo superior a 365 dias, conforme orientação do painel de medicamentos e insumos farmacêuticos do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba-TCE/PB.

8.0. DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

8.1. O prazo do contrato será de 12 meses, contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 105 e 107, da Lei 14.133/2021. Podendo ser renovado seus quantitativos, mediante anuência do fornecedor.
8.2. O objeto desta contratação será entregue no endereço da Secretaria de Saúde na Rua José Ferreira/SN, São José do Bonfim.
8.3. O fornecimento dar-se-á de forma parcelada, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Em razão da natureza não básica dos medicamentos e da urgência no atendimento clínico para evitar agravamento do quadro de saúde do paciente, as entregas decorrentes de ordens de fornecimento de caráter emergencial deverão ser realizadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da confirmação do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento acompanhada do receituário médico.
8.3. O fornecimento será de acordo com a demanda das secretarias municipais de forma parcelada.
8.4. Para recebimento dos serviços/bens deverá ser observado o seguinte:

8.4.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
8.5.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.0. DA SUBCONTRATAÇÃO.

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10.0. DO PAGAMENTO.

10.1. Para fins de pagamento, o valor será por unidade solicitado.
10.2. O fornecimento será realizado de acordo com a demanda da Secretaria de Saúde, de forma parcelada.
10.3. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de liquidação do empenho.
10.4. Em cumprimento ao art. 2º, inciso I, da Lei Municipal nº 769/2025, a empresa CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a realizar a retenção do percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor bruto de cada nota fiscal/fatura emitida. Parágrafo Primeiro: O valor retido será recolhido pela CONTRATANTE diretamente ao Fundo Municipal de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, servindo o atesto da nota fiscal e o comprovante de pagamento (com o valor líquido) como quitação da obrigação da CONTRATADA.
Parágrafo Segundo: A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento desta obrigação e que o percentual referente à Taxa de Administração de Contratos já está incluso em sua proposta de preços, não sendo motivo para alegações de desequilíbrio contratual.

11.0. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.
11.2. Decorrido o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado indicada no subitem anterior, e havendo prorrogação da vigência contratual ou fornecimento contínuo remanescente, os preços unitários contratados poderão ser reajustados para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo.

12.0. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. A licitante deverá apresentar garantia contratual exigida no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.
12.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
12.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
12.2.2. Seguro-garantia;

12.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
12.3. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
12.4. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
12.5. Quando o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.
12.6. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
12.7. Quando a garantia for realizada através de seguro-garantia, a mesma deverá ser emitida por instituição devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP e quando se tratar de fiança bancária junto ao Banco Central do Brasil, conforme dispõe o Acórdão TCU n.º 498/2011 - plenário.

13.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I- Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III- Dar causa à inexecução total do contrato;
IV- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - Advertência;
II - Multa;
III- Impedimento de licitar e contratar;
IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
13.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;
III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV- Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
13.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 13.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
13.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 13.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.
13.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 13.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São José do Bonfim, pelo prazo de 3 (três) anos.
13.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 13.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 13.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
13.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I- Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.
13.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.
13.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
13.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
13.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
13.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.0. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1 O preço estimado da contratação é R$ 1.574.349,63 (Hum milhão, quinhentos e setenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos), conforme soma dos valores da planilha abaixo.
Para determinar a estimativa de custos, a administração pública realizou uma consulta de preços em banco de preços público e com fornecedores do ramo.

15.0. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. O critério de seleção de fornecedor será obtido através do menor preço por item.

15.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos exigidos no edital.

16.0. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

16.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento e correrão por conta da seguinte dotação: Recursos: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.04 SECRETARIA DA SAUDE - 10 301 2006 2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SAÚDE; 10 301 2006 2130 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA; ELEMENTO DE DESPESA - 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO.

DANIELA GOMES DA NOBREGA CANDEIA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM
Rua José Ferreira, nº 05, fone/fax (83) 3475-1001
CNPJ nº 08.882.862/0001-05

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000020/2026

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2026, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.
LOCAL: PREFEITURA MUNCIPAL DE _____/UF

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL						
CNPJ OU CPF						
INSC. EST.: SE HOUVER						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:		CIDADE:				
CEP:		E-MAIL:				
TELEFONE:		FAX:				
CONTATO DA LICITANTE:		TELEFONE:				
BANCO DA LICITANTE:		CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:				
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:
ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
QUE NÃO POSSUI COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM/PB, E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.

LOCAL E DATA

_____
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/20__

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BONFIM E ....., PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de São José do Bonfim - Rua José Ferreira, 05 - Centro - São José do Bonfim - PB, CNPJ nº 08.882.862/0001-05, neste ato representada pela Prefeita ....., Brasileira, residente e domiciliado no ..... CPF nº ....., Carteira de Identidade nº . ., doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ...., ... - ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ...., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:
2.1 - O presente contrato é decorrente do processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 000020/2026, realizada com base na Lei nº 14.133/2021, artigo 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:
2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a Aquisição de medicamentos não constantes no rol da Farmácia Básica destinados a doação do Município de São José do Bonfim/PB, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.
2.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
2.3. Discriminação do objeto:

ITENS	**DESCRIÇÃO**	**QUANT.**	**UNID.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
VALOR TOTAL:					

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA, DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO
3.1. O prazo do contrato será de 12 meses, contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 105 e 107, da Lei 14.133/2021. Podendo ser renovado seus quantitativos, mediante anuência do fornecedor.
3.2. O objeto desta contratação será entregue no endereço da Secretaria de Saúde na Rua José Ferreira/SN, São José do Bonfim, ou em local ainda a ser determinado pelo SETOR DEMANDANTE.
3.4. O fornecimento dar-se-á de forma parcelada, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Em razão da natureza não básica dos medicamentos e da urgência no atendimento clínico para evitar agravamento do quadro de saúde do paciente, as entregas decorrentes de ordens de fornecimento de caráter emergencial deverão ser realizadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da confirmação do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento acompanhada do receituário médico.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO.
4.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....).
4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
5.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento e correrão por conta da seguinte dotação: Recursos: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.04 SECRETARIA DA SAUDE - 10 301 2006 2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SAÚDE; 10 301 2006 2130 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA; ELEMENTO DE DESPESA - 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO.
6.1. Para fins de pagamento, o valor será por unidade solicitado.
6.2. O fornecimento será realizado de acordo com a demanda de forma parcelada.
6.3. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: para ocorrer no prazo de até trinta dias, contados do período de liquidação do empenho.
6.4. Em cumprimento ao art. 2º, inciso I, da Lei Municipal nº 769/2025, a empresa CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a realizar a retenção do percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor bruto de cada nota fiscal/fatura emitida. Parágrafo Primeiro: O valor retido será recolhido pela CONTRATANTE diretamente ao Fundo Municipal de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, servindo o atesto da nota fiscal e o comprovante de pagamento (com o valor líquido) como quitação da obrigação da CONTRATADA.
Parágrafo Segundo: A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento desta obrigação e que o percentual referente à Taxa de Administração de Contratos já está incluso em sua proposta de preços, não sendo motivo para alegações de desequilíbrio contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE.
7.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.
7.2. Decorrido o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado indicada no subitem anterior, e havendo prorrogação da vigência contratual ou fornecimento contínuo remanescente, os preços unitários contratados poderão ser reajustados para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.
8.1. A licitante deverá apresentar garantia contratual exigida no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.
8.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
8.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

8.2.2. Seguro-garantia;
8.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
8.3. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
8.4. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
8.5. Quando o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.
8.6. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
8.7. Quando a garantia for realizada através de seguro-garantia, a mesma deverá ser emitida por instituição devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP e quando se tratar de fiança bancária junto ao Banco Central do Brasil, conforme dispõe o Acórdão TCU n.º 498/2011 - plenário.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO E FISCALIZAÇÃO.
9.1. Os modelos de gestão e de execução do objeto constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
10.1. São obrigações da Contratante:
10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;
10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeiçoes, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
10.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.
11. São obrigações da Contratada:
11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
11.1.1. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.

11.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca.
11.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);
11.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
11.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
11.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
11.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
11.1.8. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.
11.1.9. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnicas vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.
11.1.10. Se responsabilizar validade mínima do(s) produto(s) ofertado(s) é de 75% ou mais de sua vida útil ou produto(s) com tempo remanescente de consumo superior a 365 dias, conforme orientação do painel de medicamentos e insumos farmacêuticos do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba-TCE/PB.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.
12.1. As hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei n° 14.133/21;
12.2. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTES ASPECTOS, CONFORME O CASO:
12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
12.2.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
13.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I- Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III- Dar causa à inexecução total do contrato;
IV- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - Advertência;
II - Multa;
III- Impedimento de licitar e contratar;
IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
13.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;
III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV- Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
13.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 13.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
13.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 13.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.
13.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 13.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São José do Bonfim, pelo prazo de 3 (três) anos.
13.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 13.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 13.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
13.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I- Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.
13.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.
13.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
13.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
13.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações: I - não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II- Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III- Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV- Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V- Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI- Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

14.2.O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I- Supressão, por parte da Administração, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

II- Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III- repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV- Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V- Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 14.2 observarão as seguintes disposições:

I- Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II- Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

14.3. A extinção do contrato poderá ser:

I- Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
14.3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
14.3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
I- Devolução da garantia;
II- Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; III - pagamento do custo da desmobilização.
14.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei, as seguintes consequências:
I- Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
II- Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
III- Execução da garantia contratual para:
a) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
c) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
IV- Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
14.4.1. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste item ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
14.4.2. Na hipótese do inciso II deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.
15.1. Eventuais alterações no contrato devem ser realizadas através de termo aditivo nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021 e serão regulados pelas mesmas condições do contrato resultante da licitação, aplicando-se aos preços base da PMSJB, um redutor, no mesmo percentual encontrado entre o valor global da proposta vencedora e o preço base incluso neste edital.
15.2. A PMSJB, como parte contratante, gestora e fiscalizadora deste contrato, também ficará responsável pela abertura dos processos de aditivos e solicitações de acréscimos e supressões, se houver, do instrumento contratual, inserindo todos os elementos técnicos e jurídicos exigidos por Lei e encaminhando os autos do processo para a secretaria CONTRATANTE para análise, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, dos TERMOS ADITIVOS, sendo posteriormente, conforme o caso, assinado por ambas as contratantes, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTOS
16.1. A PMSJB, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos fornecimento dos bens, cientificando oficialmente à licitante contratada tal decisão.

16.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediantes simples apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DOS BENS

17.1. Para recebimento dos serviços/bens deverá ser observado o seguinte:

17.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO.

19.1 Fica eleito o FORO da cidade de Patos/PB, com a expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução deste Contrato. E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos.

São José do Bonfim - PB, ... de ..... de 2026.

TESTEMUNHAS

_____
_

_____
_

PELO CONTRATANTE

_____
.....
.
Prefeito

PELO CONTRATADO

_____
.....